A SECODID E A CONSTITUIÇÃO DE 1988

Direito da História – Edição Especial - Ano I – n.º 3, Brasília, 31 de outubro de 2008

Ela Wiecko V. de Casarão
Subprocuradora-Geral da República

O tempo passa e determinados fatos são esquecidos ou mal interpretados.

Parece-me pertinente, pois na oportunidade em que se comemora os 20 anos da Constituição da República e em que se ressalta como um dos seus aspectos positivos a legitimação constitucional do Ministério Público para a defesa dos interesses sociais e individuais, lembrar o papel da Secretaria de Coordenação da Defesa dos Direitos Individuais e dos Interesses Difusos – SECODID, órgão do Ministério Público Federal, nos esforços para a construção do modelo constitucionalizado.

Primeiro surgiram os Encarregados do Setor de Direitos Humanos das Procuradorias da República. Era o ano de 1985 e iniciara o movimento de redemocratização do País. O então Procurador-Geral da República, José Paulo Sepúlveda Pertence, membro do Conselho de Defesa dos Direitos da Pessoa Humana – CDDPH, expediu a Portaria n. 164, de 26 de abril, que criou em cada Unidade da Federação um setor, sob a responsabilidade de um membro do MPF, para receber e instruir sumariamente as representações de ofensa aos

direitos humanos; proceder de ofício à apuração sumária da procedência de notícias de violação dos mesmos direitos, chegadas informalmente; provocar a tomada imediata das medidas cíveis ou criminais na esfera de competência do MPF; colaborar com as comissões de inquérito e demais atividades do CDDPH na unidade federativa; propor a celebração de convênios com órgãos públicos ou associações civis, dispostos a prestar colaboração às atividades do Setor; e elaborar trimestralmente relatório de atividades.

Em 1986, os Setores nos Estados e no Distrito Federal tiveram a denominação alterada para Coordenadorias de Defesa dos Direitos da Pessoa Humana.

No ano seguinte, no âmbito da Procuradoria Geral, foi criada a SECODID, tendo sido designado Cláudio Fonteles como Secretário. Em ofício de comunicação aos órgãos públicos, o Secretário esclarecia: “pretende-se, assim, que nossa instituição – o Ministério Público Federal – desempenhe, também, tarefa que lhe é de atribuição própria: promover e velar pelos direitos da pessoa humana, na sua individualidade e no contexto de sua ambiência cultural, histórica, ecológica e social.”

Em reunião de trabalho do Procurador-Geral da República com os procuradores em exercício na chefia de procuradorias, ficou estabelecido que os Coordenadores de Defesa dos Direitos da Pessoa Humana nos Estados, também, tratariam das questões

relativas aos interesses difusos e que seriam incentivados a assumir conduta ativa no sentido de fazer valer a Lei n. 7.347/85 (Lei da Ação Civil Pública).

Em 16 de novembro de 1987 realizou-se o 1º Encontro Nacional da SECODID. Entre os 16 pontos aprovados ressaltou a adoção da sigla CODID na atuação dos Coordenadores estaduais; o compromisso com o interesse da defesa da sociedade e do indivíduo, ainda que entre em conflito com o Estado; o entendimento de que os interesses difusos patrocinados pelo Ministério Público Federal abrangem também, o interesse nacional; e o incremento de contatos com entidades governamentais e não governamentais, comprometidas com a defesa dos direitos individuais e interesses difusos.

No Boletim Informativo SECODID Ano I, n. 4, Cláudio Fonteles registrou que “pela primeira vez na história de nossa instituição parte-se para trabalho de resgate de seus compromissos maiores com a sociedade brasileira, porque pela primeira vez [...] criou-se, concretamente, espaço de atuação em prol da defesa dos direitos individuais e dos direitos coletivos”. E, mais adiante ressaltou que o trabalho dos CODID permitia “antever o significado de nossa instituição para a democracia, como a voz que não é só interveniente na construção jurisprudencial da ordem jurídica, mas efetivamente agente.”